



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0197/15	DATA: 30/03/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 15h49min	TÉRMINO: 16h42min	PÁGINAS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apresentação do Plano de Trabalho da Comissão e apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre violência contra jovens negros e pobres.

Quero convidar para compor a Mesa, para fazer parte aqui conosco, a nossa Vice-Presidenta Mariana Carvalho. Também quero convidar a nossa Relatora, que já está aqui presente, Rosângela Gomes.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, a ata foi distribuída. Peço que seja dispensada a leitura da ata

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido do Deputado Davidson Magalhães está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a ata, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da nossa eleição e da 1ª Reunião da CPI.

Passamos à Ordem do Dia.

A reunião de hoje foi convocada para apresentação do roteiro de trabalho da Comissão e deliberação de requerimentos.

Esclareço que a finalidade do roteiro de trabalho é estabelecer uma proposta preliminar das prioridades da Comissão, visando a otimização do tempo e o aumento da produtividade.

Informo que a aprovação de temas ou nomes sugeridos pela Relatora em sua proposta não supre a exigência regimental de apresentação de requerimentos para a realização de audiências públicas e outros eventos.

Quero também aqui dizer, sobre a apresentação desse roteiro de trabalho, que, num acerto aqui da Mesa, que fizemos com as Deputadas Mariana Carvalho e Rosângela Gomes e com os nossos Vice-Presidentes, a ideia é de que apresentemos o roteiro e abramos um debate, para submetê-lo a processo de apreciação na próxima reunião, porque nós queremos de fato uma construção muito



coletiva, bem participativa de todos os Deputados e Deputadas membros desta Comissão.

Passo a palavra à Relatora da Comissão, Deputada Rosângela Gomes, para apresentar o roteiro de trabalho.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados!

A prioridade do nosso roteiro de trabalho tem como, a partir da realidade social vigente e dos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Ah, nós vamos distribuir as cópias? *(Pausa.)* É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero pedir à nossa Secretaria da Comissão que providenciasse as cópias, para que aí os Deputados e as Deputadas possam nos acompanhar. Então, pediria que tirassem cópias da proposta de roteiro de trabalho apresentado pela nossa Relatora Rosângela Gomes.

Nós vamos suspender por 3 minutos, até que se providenciem as cópias. Pode ser, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Pode ser. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pergunto ao Plenário se podemos reverter os itens da pauta e passar à apreciação de requerimentos.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu até apresentei dois requerimentos, mas gostaria de ouvir primeiro o plano de trabalho, porque nós poderíamos adequar os requerimentos ao plano de trabalho apresentado pela Comissão.

Portanto, mesmo que regimentalmente a gente tivesse que pegar os requerimentos, eu também estou disposto a ouvir o plano de trabalho e tentar enquadrar esses requerimentos dentro da lógica do plano de trabalho apresentado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deixem-me fazer um apelo para o nobre Deputado Davidson Magalhães. De fato, nós não vamos aprovar o plano de trabalho hoje, nós vamos apresentá-lo para discussão.



E para dar agilidade ao processo, até porque vários membros aqui participam como membros da CCJ, onde nós estamos num debate que interfere muito aqui no nosso trabalho, que é a admissibilidade da PEC da Redução da Maioridade Penal, eu faço, portanto, um apelo para o nobre Deputado no sentido de que pudéssemos ir para o próximo item da pauta, para ganhar tempo.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Concordo. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Os demais membros do Plenário concordam? (*Pausa.*)

Então, vamos à apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 1, de 2015, do Sr. Davidson Magalhães, que *“requer a realização de convite para a Sra. Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança do Ministério da Justiça”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existe por parte do Governo Federal uma elaboração que está em curso. Seria lançado agora no mês de abril o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal de Crianças e Adolescentes.

Eu já estive com a Sra. Regina Miki antes da instalação desta CPI, até por conta de uma realidade específica da nossa região do sul da Bahia. E fomos informados por ela que esse Plano Nacional de Enfrentamento seria lançado agora no mês de abril. Portanto, esse Plano vai impactar bastante os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, é nesse sentido que eu gostaria que ela fosse convidada, para que fizesse uma exposição prévia aqui sobre as ideias gerais desse Plano. Isso aí seria muito interessante, tendo em vista que nós já poderíamos pegar alguns elementos desse Plano que será lançado agora em abril.

Portanto, eu acho que é uma coisa extremamente pertinente, em função do escopo do nosso trabalho na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. (*Pausa.*)

Passemos à votação.



Em votação o Requerimento nº 1.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 2, de 2015, de autoria do Deputado Davidson Magalhães, que "*requer a realização de Audiência Pública para debater o mapa da violência contra jovens negros e pobres no Brasil*".

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, inclusive o Requerimento nº 3 trata do mesmo assunto.

Não sei se o Deputado Reginaldo Lopes já chegou. Ah, S.Exa. está aqui. Desculpe-me. *(Riso.)* Então, Deputado, eu subscrevo o requerimento juntamente com V.Exa., porque é a mesma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero, então, fazer uma sugestão.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - A gente faz uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado, se V.Exa. me permitir, eu subscrevo o seu requerimento e retiro o Requerimento nº 3. E faço uma sugestão a V.Exa.: que pudesse, então, convidar o Dr. Julio Jacobo Waiselfisz, Coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, para participar da audiência pública desta Comissão. Então, a gente o teria como primeiro palestrante aqui da nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Tranquilo. É um bom começo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, estão aglutinados os Requerimentos nºs 2 e 3.

Passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, para fazer o encaminhamento.



O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, praticamente nós já fizemos essa defesa aí, porque acho que esse é o principal diagnóstico que existe hoje sobre essa questão da violência.

E eu acho que há dados importantes que nós precisamos explorar, principalmente alguns cruzamentos e algumas identificações claras que surgem desse debate, dessa apresentação, especialmente em relação ao traço racial, ao traço de renda e ao traço regional inclusive.

Nós precisávamos, portanto, ter um debate mais aprimorado sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Passemos à votação.

Em votação os Requerimentos nºs 2 e 3, que foram aglutinados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovados.

Eu quero passar a Presidência da CPI para a nossa Vice-Presidente, Deputada Mariana Carvalho, para que eu possa fazer a defesa do Requerimento nº 4.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Requerimento nº 4, de 2015, de autoria do Sr. Deputado Reginaldo Lopes, que "*requer seja convidado o Sr. Sergei Suarez Dillon Soares, Presidente do IPEA, ou representante desta instituição para participar de audiência pública nesta Comissão*".

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho.

Eu quero primeiro defender essa audiência, porque o IPEA tem vários estudos interessantes. Em especial, como a nossa CPI propõe também estudar os impactos sociais e os impactos econômicos, o IPEA afirma que essa violência tem causado um enorme e evidente dano irreparável, que é a perda das vidas, a questão



humana, mas que, também do ponto de vista econômico, tem causado um enorme prejuízo para o presente e para o futuro do Brasil.

Hoje pela manhã, foram divulgadas as taxas de natalidade — não sei se as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de conhecê-las. De 2003 a 2013, nós saímos de 1,78 filho por mulher para 1,57. Isso aí sinaliza cada vez mais uma diminuição da população brasileira. E junto com isso, há o envelhecimento populacional do País. Portanto, nós precisamos fazer esse debate também do ponto de vista dos impactos econômicos.

Então, acho que seria interessante se gente pudesse conhecer esses estudos que foram feitos pelo IPEA. Por isso, eu peço aos nobres Deputados e Deputadas apoio para a aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 4.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que *"requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados"*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sra. Presidente, eu quero também pedir aos nobres Deputados e Deputadas apoio a esse requerimento.

Nós temos, eu imagino, grandes desafios nesta CPI. O primeiro é também conhecermos a nossa história, em especial esse período que, eu tenho dito, é o período democrático, de 1984 ou 1985 até 2014, em que, de acordo com os estudos, mais de 1 milhão de jovens foram assassinados. Não há registros, e também nós não conhecemos se de fato esses casos foram resolvidos. Qual foi o percentual de inquéritos instalados em relação a todas essas chacinas, esses homicídios?



Portanto, a ideia de ir aos Estados, além de conhecer a realidade de cada Estado brasileiro e de fazer um debate nas Assembleias, é porque nós queremos também estudar os casos emblemáticos de cada Estado brasileiro.

Portanto, nós estamos pedindo apoio para esse requerimento, para que possamos organizar essas audiências públicas nos Estados e também visitas a algumas comunidades que foram vítimas de chacina e de violação a direitos. Portanto, eu queria pedir esse apoio.

A ideia, conforme nós estávamos conversando aqui na mesa da nossa CPI, é que possamos aprovar depois — eu quero designar como Presidente — Deputados e Deputadas responsáveis pela coordenação, não só para organizar as audiências, as visitas às comunidades, mas também para serem responsáveis, como sub-relatores, por trazer contribuições para essa que chamo de memória dessas violações a direitos e de quem foi vítima desses homicídios nesse período. Além de tudo, eles também vão buscar trazer aqui contribuições para a elaboração de um plano nacional de enfrentamento a homicídios e a violações de direitos.

Portanto, temos que ter esse olhar mais estadualizado. Nesse sentido, eu peço aqui o apoio de V.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Sra. Presidente, eu quero falar a favor da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra a Deputada Conceição Sampaio.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Deputada Mariana Carvalho, eu gostaria primeiro de parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes.

Até quero pedir para subscrever também esse requerimento de V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes. Essa ida aos Estados é aquele momento que todos nós teremos para olhar o Brasil, para passar este País a limpo. Então, eu vejo a importância de, *in loco*, buscarmos esses dados.

Acho que isso fará diferença no nosso trabalho, até porque acabamos nos reportando a vários crimes que vimos pelos meios de comunicação. Mas certamente, nos Estados brasileiros, nos nossos Estados, nós teremos a chance de



olhar aquele caso que ainda está no anonimato e de trazê-lo a público, de fazer questionamentos e certamente poder colaborar através da CPI.

Então, eu entendo a importância desse requerimento, por isso pedi minha subscrição. Mas acima de tudo, eu vejo a chance que a CPI terá lá na frente, de apontar os seus encaminhamentos, olhando cada pedaço desta Nação, cada pedaço deste País.

Então, os meus cumprimentos, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Aceito que V.Exa. possa subscrever o requerimento, nobre Deputada Conceição Sampaio. Está acatado o pedido de V.Exa., para que a gente possa encaminhá-lo para aprovação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Deputado Reginaldo Lopes, primeiro quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa. Além de elaborar um trabalho que ajude no enfrentamento desse grave problema que atinge o País hoje, também a CPI é um instrumento de mobilização e de conscientização em torno do tema. E essa ida aos Estados é fundamental porque vai tratar do tema *in loco*.

Como eu vi que o prazo para conclusão dos trabalhos é 26 de julho de 2015, eu só gostaria que depois fosse aprovado um roteiro, porque é necessário precisar alguns pontos. Nós temos, em algumas cidades — no próprio debate isso vai aparecer —, a concentração da violência. No mapa que nós vamos discutir vai ficar claro que existem certas zonas onde há concentração da violência. Então, seria importante estabelecermos esse roteiro em função dessas prioridades e dos casos de violência, devido ao tempo que nós temos para apresentar esse trabalho.

É claro que nós vamos precisar, efetivamente, levar em consideração as representações regionais e os Estados. Mas é importante — eu faço só essa sugestão — que depois nós discutamos e debatamos essa questão do roteiro.

Concordo com a iniciativa. Acho louvável essa iniciativa. Mas seria importante definirmos esse roteiro, até para desenvolvermos esse processo de mobilização local e de oitivas locais, que envolveria inclusive o aparato de segurança dos Estados, que até o momento são os responsáveis exclusivamente por esse



problema da segurança pública — que não envolve só segurança, envolve o problema dos presídios e da Justiça também.

Então, concordo com essa iniciativa e parabênizo V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Passo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - De fato, o Deputado Davidson Magalhães tem razão (*riso*), porque nós invertemos a pauta.

O roteiro de trabalho que vai ser apresentado aqui pela Relatora, que foi elaborado conjuntamente pela Mesa, define um pouco como se darão também essas idas aos Estados, quais são os objetivos.

Primeiro, eu quero dizer isto, Deputado Davidson Magalhães: a ideia é irmos para o Estado com uma pauta bem definida, com o que nós queremos trazer de informação de cada Estado brasileiro.

Segundo, eu quero assumir um compromisso com a Comissão. Na próxima semana, na próxima reunião desta Comissão, eu quero, junto com a Mesa aqui, ouvir cada Deputado que manifestar interesse em coordenar e ser Relator dos seus Estados. Peço que S.Exas. encaminhem o pedido para o nosso Secretário da Comissão, Robson, porque imediatamente nós vamos designá-los, para que possamos iniciar os trabalhos também nos Estados.

Então, eu solicito a cada Deputado e Deputada que depois se manifeste no nosso gabinete, à Relatora ou diretamente à Secretaria da CPI, para que a gente faça esse encaminhamento.

Eu agradeço o apoio e peço mais uma vez a aprovação do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 5.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Neste momento, devolvo a Presidência da Comissão para o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho.



Quero passar a palavra para a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, para ler o roteiro de trabalho.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Mais uma vez, boa tarde, Srs. e Sras. Deputados, pois há Deputados que chegaram após os nossos cumprimentos!

Quero submeter ao Plenário o plano de trabalho, para que juntos possamos avaliá-lo e, de forma consensual, aprová-lo ou não:

“Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito criada a partir do Requerimento nº 5, de 2015.

INTRODUÇÃO.

Criada pelo Requerimento nº 5, de 2015 — Câmara dos Deputados, a presente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destina-se a *“apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil”*, sem prejuízo da apuração/investigação de fatos que se ligam ao objeto principal, notadamente na seara dos direitos humanos.

Composta de 27 Deputados titulares e igual número de suplentes, esta CPI foi instalada no dia 26 de março de 2015, ocasião em que foi eleito para a Presidência da Comissão o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), que designou para a Relatoria a Deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ).

O presente Plano de Trabalho visa organizar as atividades desta CPI, de modo a assegurar uma direção clara ao presente inquérito parlamentar.

Priorizar-se-á, nos trabalhos da Comissão, sem prejuízo de aprofundamentos em outras faixas etárias, o conceito de “jovens”, definidos pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e define, em seu art. 1º, § 1º, como sendo jovens as pessoas com idade de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos.

OBJETO DA CPI.

Nos termos do art. 58, § 30, da Constituição Federal:

“Art. 58.....

§ 3º - *As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros*



previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

A investigação se dará em sede extrajudicial, no âmbito do Poder Legislativo, e, na forma do art. 5º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, terá como resultado finalístico a produção de um relatório conclusivo.

Como se depreende do Requerimento nº 05/2015, o objeto da presente CPI é “apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas, razões, consequências custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil”.

Entre seus focos principais está o de averiguar, a partir do aprofundamento dos trabalhos da CPI, como a violência nesse grupo objeto de recorte impacta a vida desses jovens, suas famílias e a própria sociedade brasileira.

Para evitar fuga ou dispersão dos seus objetivos, entendemos que é imprescindível delimitar o objeto de atuação desta CPI, como órgão de realização da função fiscalizadora do Poder Legislativo.

À vista disso, este Plano de Trabalho estrutura o objeto da Comissão em duas linhas de atuação:

1) Prioritariamente a partir da realidade social vigente e dos estudos e dados disponíveis na seara pública e nas organizações da sociedade civil e movimentos sociais:

a) apurar as causas e razões da violência, morte e desaparecimento de jovens negros no Brasil, bem como as consequências, custos sociais, culturais e econômicos dessa violência, tendo como foco:

- I - A violência contra o jovem negro no Brasil;
- II - Marco normativo de proteção ao jovem no País;



III - A política nacional de enfrentamento da violência contra jovens, notadamente os negros;

IV - A situação do enfrentamento da violência contra jovens negros nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

b) diagnosticar deficiências sociais, econômicas, legais e institucionais que propiciam a existência dessa realidade de violência, morte e desaparecimento, sugerindo, em conclusão, medidas capazes de evitar tais vulnerabilidades.

2) Identificar, por outro lado, as principais ações e omissões da sociedade que levam a esse quadro de violência, morte e desaparecimento, sem ter como norte direto a responsabilização de pessoas, e, ainda, obter de especialistas, autoridades públicas, sociedade civil organizada, movimentos populares, etc., subsídios para a proposição de ações de enfrentamento das mesmas.

3. PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.

O prazo para conclusão dos trabalhos da CPI é de 120 dias, com término em 26 de julho de 2015.

4. REUNIÕES.

- Audiências/Oitivas: Terças-feiras — 9 horas às 18 horas, com intervalo para almoço;

- Reuniões deliberativas: Quartas-feiras — 14 horas às 16 horas;

- Audiências/Oitivas: Quintas-feiras — 9 horas às 14 horas.

5. ROTEIRO DE TRABALHO.

O papel de uma CPI, como inquérito parlamentar, transcende a de típico *procedimento administrativo inquisitorial*, como os presididos pelos Delegados de Polícia (inquérito policial) e pelos membros do Ministério Público (inquérito civil). Seu objetivo é dar respostas, sobretudo legislativas, às questões submetidas ao seu exame, razão pela qual esta Comissão debmçar-se-á sobre as questões mais relevantes para investigar as causas e consequências da violência contra jovens negros no Brasil.

A primeira etapa será destinada à oitiva de autoridades públicas cuja função, direta ou indiretamente, se relacione com o tema da Comissão, bem como da sociedade civil, movimentos sociais e academia.



Na sequência ou de modo intercalado com a primeira etapa, serão realizadas diligências nos Estados e/ou Municípios, oportunidade em que serão discutidos, analisados e encaminhados providências, de preferência em audiência pública aberta, casos de violência, morte e desaparecimento de jovens negros.

Por fim, esta relatoria concluirá a elaboração do Relatório Final.

5.1. Requerimentos.

A efetividade dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito será obra de todos os seus integrantes. É fundamental, portanto, a participação ativa das Deputadas e dos Deputados, inclusive por meio da apresentação de requerimentos. Esses requerimentos serão objeto de reuniões administrativas, realizadas nas datas indicadas no item 5.1.

5.2. Oitivas.

As audiências públicas para oitiva constituem importantes elementos de convicção. Assim, observadas as orientações jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal relativas ao poder de intimação, fundamentação dos atos e demais direitos e garantias individuais, deverão ser ouvidos:

- a) autoridades da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal, Estadual/Distrital e Municipal;
- b) autoridades do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais;
- c) representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais ligados a fato determinado que justifique a existência da CPI;
- d) academia, cientistas sociais e estudiosos do tema;
- e) vítimas, testemunhas e familiares de atos de violência;
- f) indiciados e/ou acusados de prática de violências, mortes e desaparecimentos de jovens negros no Brasil.

5.3. Requisição de documentos e informação.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito poderá requisitar documentos, cópias de inquéritos, processos administrativos, informações judiciais, etc., observadas as cláusulas de sigilo que sejam imprescindíveis para o êxito dos trabalhos da CPI.

5.4. Visitas a autoridades.



A CPI prezará pelo diálogo respeitoso e pela relação harmoniosa com os demais Poderes da República, assim como com as diversas instituições do Estado brasileiro, a fim de obter uma somatória de esforços que auxiliem na resolução dos graves problemas que a motivaram.

A interlocução com suas respectivas representações propiciarão, estamos certos, o entendimento almejado.

5.5. Realização de outras diligências.

Além das previstas neste Plano de Trabalho, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pelo Plenário desta CPI.

5.6. Relatório Final.

O relatório final, com as conclusões desta Comissão, será redigido ao longo dos seus trabalhos e dele constarão, além de recomendações de praxe, proposições legislativas relativas ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

6. Cronograma inicial:

Em nossa avaliação, as oitivas iniciais devem ser direcionadas para o acesso, pelos Parlamentares do colegiado, aos dados disponíveis sobre a violência que afeta jovens negros e pobres, no âmbito do próprio poder público.

Dessa maneira, nossa proposta inicial é para que sejam convidados, conforme requerimentos que serão por nós protocolados, os representantes abaixo, dos sistemas DATASUS, SINESP e IPEA, para que tragam à Comissão os dados estatísticos e as suas experiências com a temática desta Comissão:

a) Augusto Cesar Gadelha Vieira, Diretor do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde — DATASUS;

b) Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública e responsável pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas — SINESP;

c) Sergei Suarez Dillon Soares, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Achamos relevante ouvir, no segundo momento, as seguintes autoridades, consoante requerimentos também já entabulados:

a) Nilma Lino Gomes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República — SEPPIR;



b) Ideli Salvatti, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — SDH;

c) Gabriel Medina de Toledo, Secretário Nacional de Juventude.

A continuidade do trabalho, as oitivas, diligências e demais atividades da Comissão serão delineadas a partir dos requerimentos formulados e dos consensos construídos no colegiado em prol da efetividade e eficiência dos trabalhos.

7. Conclusão:

As atividades previstas neste Plano de Trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca da verdade real.

Objetivamos uma CPI pautada pela atuação técnica, centrada na apuração dos graves fatos em questão e na produção de uma resposta à altura das exigências da sociedade brasileira.

Esse é o propósito que nos motiva, para o qual peço o indispensável apoio dos nobres Parlamentares desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eram essas as nossas considerações. Essa é a nossa proposta a este nobre Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Relatora Rosângela Gomes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É até louvável ouvir essas pessoas aqui. É importante. Mas eu estou sentindo falta aqui, em se tratando de homicídios e outras coisas, dos Diretores dos institutos médico-legais. Na realidade, todo crime violento tem que passar por esses institutos. É de suma importância, então, ouvir os seus Diretores ou, pelo menos, ter a estatística desses exames médico-legais realizados nesses institutos. É claro que ouvir o representante do DATASUS é importante, o do SINESP é importante, mas, a meu ver, o do IML é o mais importante de todos. Posso estar enganado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero dizer que esses nomes levantados no roteiro também terão que ser encaminhados através de requerimentos. Quero fazer a V.Exa. essa sugestão, porque para vários desses ainda não foram apresentados os requerimentos. Para que possamos, de fato, marcar as audiências e as oitivas, teremos que fazer os requerimentos. Peço a V.Exa. que encaminhe...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu tenho um requerimento que está chegando aí. Eu mandei arrumá-lo. Nesse requerimento, vamos abordar tanto os Diretores de departamentos de homicídio do País quanto dos IMLs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou colocar em debate a sugestão da nobre Relatora. E quero também fazer uma sugestão. Sempre que se fala sobre a violência, é contra jovens negros e pobres, não é? Na verdade, houve aqui um erro do ponto de vista da técnica legislativa. Então, quero pedir que se inclua a palavra "pobres", em todos os itens que tratam da violência contra os jovens negros.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Sr. Presidente, quero pedir uma correção. No *site* da Câmara, saiu um erro, tratando esta Comissão como CPI da Morte. Eu acho que teria que haver essa correção, para podermos indicar melhor o tema, até mesmo por respeito à causa de que estamos tratando nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho. Quero pedir desculpas porque a chamei de Deputada Mariana Cardoso.

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar a Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, pela elaboração desse roteiro, que eu acho que é fundamental para pautar e estabelecer o parâmetro do trabalho da Comissão.

Concordo também que, no primeiro debate, levando em consideração essa participação, nós vamos ter dois momentos. Um deles é quando tivermos a oitiva nos Estados. Acho que cada Estado tem uma realidade, e nós poderíamos incorporar esse requerimento do Deputado nessa situação.



Quanto a essa primeira audiência, para que não precisássemos fazer um novo requerimento, como já existe um requerimento aprovado, o Requerimento nº 2, e apensado já há o Requerimento nº 3, que foi exatamente fruto de um debate sobre a audiência pública para debater o Mapa da Violência, eu incorporaria a esse primeiro passo do roteiro da Relatora, além desses três nomes citados, o Sr. Julio Jacobo. Assim, teríamos uma primeira audiência pública, na qual faríamos um nivelamento, para nós Deputados da Comissão, sobre as informações a respeito da violência e do desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Então, seria uma primeira audiência mais ampla. Se incorporássemos esse nome, não precisaríamos elaborar outro requerimento e já sairíamos daqui com alguma coisa objetiva desta primeira reunião, já que foi aprovado o requerimento. Na verdade, é incorporar no requerimento o convite a essas outras pessoas para participar desse evento.

Concordo com o Deputado, no sentido de que, quando chegarmos aos Estados, precisaremos ouvir outras pessoas do aparato de segurança pública dos Estados, porque são várias realidades diferentes. É muito importante identificar essa experiência, essa observação que foi feita. Então, eu concordo que nós deveríamos nos ater à primeira audiência pública, que envolveria uma informação mais geral sobre esse quadro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

De fato, nós vamos convocar a primeira audiência para a próxima quinta-feira. Como nós fizemos em forma de convite, a nossa Secretaria vai ter que convidar e acertar a agenda. *A priori*, nós vamos convocar para quinta-feira de manhã, porque na próxima terça-feira vamos convocar uma reunião deliberativa, para que possamos aprovar o roteiro, a partir das sugestões das senhoras e dos senhores e também a partir de novos requerimentos. Aí, sim, vamos organizar a nossa vida, porque até lá vamos ter bastantes requerimentos aprovados.

Inclusive, não tenho como acolher a sugestão de V.Exa., nem a Relatora, porque já aprovamos os requerimentos. Mas para quinta-feira não está prejudicado, porque apensamos o Requerimento nº 3 ao Requerimento nº 2, e já temos aí a presença do Sr. Julio Jacobo para discutir o Mapa da Violência.



O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Nesta quinta-feira agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na quinta-feira que vem, não, na outra, na seguinte. Esta agora é Quinta-Feira Santa.

Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobre Relatora, inicialmente quero parabenizar a Relatora pelo excelente plano de trabalho apresentado. Quero dizer que no item 6, por se tratar de cronograma inicial, eu acho que fica atendida, inclusive, a proposta do Deputado, porque regimentalmente nada impede que cada um de nós possamos fazer os nossos requerimentos individuais, que serão apreciados por esta Comissão.

Eu mesmo confesso que, como tivemos sessão na última quinta-feira, e a seguinte é agora, acabei de chegar de viagem e não tive tempo de preparar nem minhas sugestões nem meus requerimentos. Mas acato plenamente esse plano de trabalho. Acho que ele atende inicialmente. A proposição dele é justamente para isso. Acho que, no transcorrer da semana, antes da próxima quinta-feira, da próxima reunião, todos nós já poderemos dar as nossas contribuições de maneira individual.

Quero parabenizar a Deputada Rosângela Gomes e essa Presidência. Acho que a Comissão fica plenamente atendida com esse plano de trabalho inicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante, pela contribuição.

Concedo a palavra a Deputada Conceição Sampaio.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Presidente Reginaldo Lopes, eu também cumprimento a Deputada Rosângela Gomes, pois dá para enxergarmos aqui como faremos o trabalho na CPI. Gostaria apenas de sugerir, Deputada Rosângela, minha querida amiga, que, dentro mesmo do Portal da Câmara Federal, na página que trata das CPIs, nós tivéssemos um *link* para que a sociedade civil também pudesse contribuir conosco relatando fatos.

Certamente, nós não vamos conseguir chegar a todas as comunidades, em todos os Estados brasileiros, mas a sociedade pode chegar até nós e fortalecer esse trabalho da relatoria e de todos nós aqui, enquanto membros desta Comissão tão



necessária e tão importante. Então, fica a sugestão para que nós tenhamos a participação direta da sociedade civil através desse *link*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Aproveitando a intervenção da nobre Deputada Conceição Sampaio, quero corroborar a sua sugestão. Quero solicitar à Relatora que inclua um item para uma audiência interativa. Nós fizemos isso em outras Comissões, como a do tráfico de drogas. Nós poderíamos formatar os mediadores dos fóruns através do portal e-Democracia, um instrumento que temos aqui para a participação virtual direta do cidadão.

Portanto, poderíamos criar um espaço para receber denúncias, depoimentos, sugestões, proposições e, inclusive, permitir que de casa as pessoas pudessem participar das nossas audiências públicas através de *chats*. As pessoas participariam e quebraríamos o protocolo aqui, selecionando algumas perguntas dos cidadãos que estão em casa. Hoje a sociedade quer participar diretamente. Eu acho que esta matéria é tão importante que, se a Relatora concordar, poderíamos selecionar algumas perguntas do cidadão através da Internet.

Então, poderíamos abrir um item, no nosso plano de trabalho, para audiências interativas através do portal e-Democracia.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, vai ser polêmico também o que consta da letra "f" do item 5.2: ouvir os indiciados e os acusados. Vamos entrar numa seara que eu acho até que não é nossa. Vai vir todo o mundo para cá, ninguém vai fazer nada, e vai ficar aquela dúvida.

Como nós não sabemos de toda a investigação, não vamos saber se eles são culpados ou não. Caberia ao Judiciário julgá-los. Ao ouvi-los aqui, eles vão falar que não têm nada a ver com isso. Vai ficar aquela choradeira total, que eu já conheço. Essa eu conheço de cadeira.

Então, esse item vai nos trazer problemas. Tenho certeza absoluta de que lágrimas rolarão e de que dirão que são inocentes. Eu sei disso. Nós vamos entrar na seara do Judiciário e da investigação que foi feita. Até concordo que haja investigação que possa estar errada, mas não vai caber a nós, nesta seara, ouvir os acusados. Caberá, sim, ao Judiciário ouvir essa parte.



Eu acho isso polêmico, mas o cronograma inicial está muito bom. Estou apenas fazendo algumas observações. Como V.Exa. falou, requerimentos posteriores virão e, conforme o trabalho for se desenvolvendo, vai-se perdendo a velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - De fato, há oitivas de várias autoridades, inclusive pesquisadores, acadêmicos. Eu acho importante também termos muita sensibilidade nessas oitivas, pois as vítimas nunca foram ouvidas.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas o desafio aqui é também que nós possamos, no final, ter um relatório sobre essas chacinas maiores, sobre essas violações de direitos que não foram julgadas. Vamos encaminhar isso para o Ministério Público, que, evidentemente, vai ter que tomar as providências.

Pelo que nós conhecemos do Mapa da Violência, hoje apenas 8% dos casos têm inquéritos abertos. Então, é nesse sentido. Mas é evidente que todas as oitivas serão submetidas a votação, via requerimento, aqui, e nós vamos aprová-las coletivamente, serão aprovadas pelo Plenário.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu acho que todo homicídio gera um inquérito. Não tem jeito de esconder. Se houve um homicídio ou se há uma morte a esclarecer, tem que haver inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas não são concluídos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Agora, a apuração já é outro fato. Aí pode ser. E, depois da apuração, vem o julgamento. Aí é pior, porque o cara some. Há casos em que até prescreve o crime; são 20 anos para prescrever o crime de homicídio, mas, às vezes, prescreve, porque o cara some no capinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição, Deputado Delegado Edson Moreira.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)* Não?

O Deputado Bebeto quer falar? *(Pausa.)*

Eu quero fazer mais uma sugestão à nobre Relatora. Eu acho que nós poderíamos abrir um item antes do relatório final, que eu chamaria de relatório



preliminar, para que pudéssemos socializar o relatório e dar oportunidade ao conjunto de Deputados de contribuir, a partir de um relatório preliminar, e à sociedade também. Portanto, eu faço uma sugestão à nobre Relatora, no sentido de que o item 5.6 seja o relatório preliminar, e o 5.7, o relatório final. Eu acho que, na verdade, pelo tanto de trabalho que teremos, nós estamos dizendo que em 120 dias nós vamos dar conta do relatório preliminar e vamos precisar de mais 120 dias para um relatório final. Por tanta demanda, por tantos casos emblemáticos, pelo tamanho do Brasil, acredito que vamos ter que construir algo nesse sentido. Faço uma proposição à Relatora, no sentido de que abra um item sobre um relatório preliminar.

Com a palavra a Deputada Relatora Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, eu queria de pronto agradecer a essa Presidência — estamos trabalhando juntos de forma devotada para chegarmos a um resultado satisfatório —, aos Deputados e às Deputadas que nos apoiaram na construção desse documento e, pelo visto, na sua aprovação. Tomei cuidado de ouvir cada indicação e, se houver consenso, vamos aglutinar todas essas informações.

A questão do IML é importante, Deputado, tanto é que V.Exa. viu que, na minha fala, eu exemplifiquei com a questão do IML de Nova Iguaçu. O Dr. Alexandre, que era o responsável por aquele IML, me dizia que todos os dias morre um jovem Juan na cidade de Nova Iguaçu. Então, isso é importante.

Obrigada, Deputada Mariana, por me ajudar na correção do tema para jovens negros e pobres. Nós nos ativemos muito à referência aos negros — não sei se foi a Deputada Mariana ou o Deputado Reginaldo.

Agradeço à Deputada Conceição, que falou sobre levarmos os trabalhos às mídias. Sobretudo, Deputado Reginaldo, é fundamental realmente fazermos a divulgação em tempo real. Então, acho que é importante a sua observação, no sentido de abrirmos um *link* nas redes e deixarmos que a população envie a sua contribuição de forma bastante clara e objetiva, em tempo real. Acho que estamos no século XXI, e não há mais como fazer um trabalho sem noticiá-lo e dar oportunidade para as pessoas participarem.

E o relatório preliminar eu acho não só importante, como também justo, porque é um trabalho muito grande, não há como negar. Nós teremos que percorrer



o País — se assim esta Comissão concordar — em pouco tempo, pouquíssimo tempo, coletar muitas informações em pouquíssimo tempo, 120 dias, para um tema como esse, tão importante para a nossa sociedade. O tempo é regimental, mas é pequeno. Por isso, eu acho saudável, justo nós fazermos um relatório preliminar.

Esta relatoria sempre estará preocupada em trabalhar de forma consensual com os senhores, porque acredito que todos os que aqui estão têm relacionamento profundo com o tema aqui discutido, abordado e colocado em pauta.

Então, agradeço o apoio, agradeço ao Presidente, que tem me dado liberdade para trabalhar, e aos Deputados que têm, de forma proativa, nos sustentado para que possamos fazer um trabalho de excelência aqui nesta Comissão e prestar um serviço a todas as vítimas e famílias que, infelizmente, estão relacionadas diretamente com esse tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, nobre Deputada Relatora Rosângela Gomes.

Na próxima semana, então, na terça-feira, vamos fazer uma reunião deliberativa. E poderíamos até, pela fala, pelo acolhimento da própria Relatora, submeter o roteiro à votação, mas queremos divulgar mais a proposta do roteiro de trabalho, fazer mais ajustes, permitir que o conjunto dos Deputados possa ainda dar um novo olhar, novas contribuições.

Portanto, nós vamos convocar reunião para terça-feira, às 14h30min, para que possamos — não é, Relatora? — apresentar essas sugestões e aprovar o nosso roteiro.

Quero também convocar reunião para quinta-feira — vamos ver se já fazemos uma audiência pública —, às 9h30min.

Também quero informar a todos aqui que nós temos um *e-mail* da CPI, que é *cpi.violenciacontrajovens@camara.leg.br*. Então, tanto os ouvintes da *TV Câmara* como todos os Deputados poderão encaminhar sugestões.

Quero também dizer que os requerimentos, para serem incluídos na pauta das reuniões deliberativas, terão que ser entregues na Secretaria da CPI até segunda-feira, às 18 horas, senão depois tem de ser extrapauta. Aí tem que haver quórum, verificação, encaminhamento, apoio. Então, todas as Deputadas e



todos os Deputados que quiserem apresentar sugestões em forma de requerimentos devem apresentá-los até segunda-feira, às 18h, na Secretaria da Comissão, ao Secretário Robson.

Agradeço a presença aos Parlamentares, aos senhores, aos demais presentes e à assessoria também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para terça-feira, dia 8 abril, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só falta a radiografia que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - As radiografias são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está dentro do item do Conselho. Nós estamos também esperando, com certeza, a contribuição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Presidente Reginaldo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - É só para confirmar. A reunião ficou para quinta-feira a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, terça-feira, às 14h30min, teremos reunião deliberativa, e quinta-feira, às 9h30min, audiência pública.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Agradeço a todos a presença.